

XVII Encontro Nacional de Economia Política

Área: 2. História Econômica e Economia Brasileira

Subárea: 2.1. História Econômica e Social Brasileira

Seções Ordinárias

O Debate de Inspiração Marxista sobre a Industrialização Brasileira: síntese das perspectivas de Caio Prado Júnior e de Ruy Mauro Marini

Fernando Henrique Lemos Rodrigues

Doutorando em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: o presente artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre duas perspectivas de interpretação sobre a industrialização brasileira, surgidas dentro do pensamento de inspiração marxista. Na visão de Caio Prado Júnior, o conceito de capital internacional e, por sua vez, a oposição entre imperialismo e nação ocupam posição fundamental para entender a tendência à reversão estrutural a que está sujeita o processo de industrialização brasileira. No olhar de Ruy Mauro Marini, o conceito de superexploração do trabalho é crucial para entender a dissociação entre circulação e produção na industrialização sob o capitalismo dependente, o que culminará no subimperialismo, como resolução histórica dos impasses criados em tal processo. Em ambas as interpretações refutam-se quaisquer simetrias entre os processos de formação das potências industriais e a economia brasileira, de passado colonial. Todavia, tais interpretações divergem sobre a natureza das relações sociais de produção no Brasil, assim como discordam em relação à dinâmica do processo de industrialização no país, com consequências decisivas em suas reflexões sobre o caráter da revolução brasileira.

Palavras-chave: Imperialismo – Dependência – Industrialização Brasileira – Reversão Estrutural – Superexploração do Trabalho

Abstract: this present work aims to establish a dialogue between two interpretation perspectives about the industrialization process in Brazil, inspired by Karl Marx: Caio Prado Júnior and Ruy Mauro Marini. In the former framework, international capital as concept and the opposition imperialism versus nation play a crucial role for the

comprehension of the structural reversion process that threatens the industrialization in Brazil. In the latter, workers super-exploitation and the dissociation of circulation and production in dependant capitalism have the main significance in the Brazilian industrialization process. In this analysis, a sub-imperialism stage is the answer for the contradictions created in this kind of economies. Both critical views agree that Brazil and other ex-colonial economies can't be explained with the same approach of capitalist leader economies theory. But, there is some disagreement in social relations and economic dynamical explanation of Brazilian economy. This divergence will imply on distinct strategic views about Brazilian Revolution.

Keywords: Imperialism – Dependence – Brazilian Industrialization – Structural Reversion – Super-Exploitation

Introdução

O processo de industrialização brasileira ainda é objeto fundamental da discussão sobre os limites e potencialidades da economia brasileira. A perspectiva da Crítica da Economia Política de Karl Marx inspirou diversas interpretações sobre esse movimento histórico de importância crucial no Brasil contemporâneo. Dentro da perspectiva marxista, o debate gerou convergências e divergências, que se consolidaram como teses clássicas da interpretação do país. Um único consenso dentro de tais teses é seu comprometimento para além das escrituras. O objetivo explícito sempre foi o de municiar a luta social e elucidar pontos na expectativa de contribuir em uma discussão política e estratégica. Em síntese: tratou-se, nos casos destacados, de pensar a Revolução, entendida como a transformação social com vistas a emancipação humana.

Os dois autores eleitos para a presente discussão não fogem a essa regra. Caio Prado Júnior, que tem seu período de atuação mais criativo entre o início dos anos 1930 e o final dos anos 1960, é um dos expoentes da tradição crítica do pensamento brasileiro. Historiador e militante do Partido Comunista, sempre foi uma voz dissonante. Sua interpretação é marcada pela busca da especificidade brasileira e pela necessidade estratégica de construção da autonomia nacional para a construção do socialismo. A crítica do pensador em questão sobre o processo de industrialização tornou-se mais

aguda exatamente no período de maior euforia: nos final dos anos 1950 e nos anos 1960. Denunciou as limitações do tipo de industrialização sofrido pelo Brasil: a liderança do capital internacional aprofundava problemas construídos ainda na etapa colonial e ameaçava o processo industrializante, em que se instaurava uma tendência de reversão estrutural, impossível de ser contida sem a articulação da classe trabalhadora em uma luta anti-imperialista para a afirmação de suas necessidades básicas no processo de desenvolvimento.

Ruy Mauro Marini tem seu período de atuação mais evidente no exato período em que a América Latina era acossada por uma onda de golpes militares e instauração de ditaduras que por mais de duas décadas dizimaram a organização da classe trabalhadora. Contribuidor fundamental da resistência das nações latino-americanas, sua interpretação busca estabelecer uma essência comum as economias dependentes: a superexploração do trabalho e as contradições decorrentes para o processo histórico de desenvolvimento no continente. O ciclo de acumulação nas economias da região, marcado pela exclusão permanente das classes trabalhadoras do progresso material viabilizado pelo capitalismo, irá determinar uma economia que se equilibrará entre a presença das potências capitalistas e a exigência de aprofundamento dos mecanismos de exploração. O subimperialismo, entendido como um estágio em que se combinam gastos estatais, diferenciação do consumo e exportação de bens manufaturados, será a resposta brasileira (mas não exclusiva do Brasil) possível no capitalismo dependente para compensar os graves problemas de realização a que estão submetidos os processos de industrialização do continente. Nessa concepção, a superação do capitalismo dependente e suas contradições exige a construção do socialismo como alternativa para inclusão das necessidades da classe trabalhadora como prioridades históricas.

Nossa exposição está organizada em duas partes, destinadas a apresentar as sínteses das principais contribuições dos pensadores supracitados. Na primeira seção expõem-se as linhas gerais de interpretação de Caio Prado Júnior. Na segunda, os aspectos centrais da perspectiva de Ruy Mauro Marini. Uma última seção apresentará as considerações finais na forma de comparação das duas visões, apontando convergências e divergências.

1. Caio Prado Júnior: o capital internacional e a tendência à reversão estrutural da economia brasileira

Ao observar o país em meio às transformações do Estado Novo (1937-1945), Caio Prado Júnior elucidava a natureza dos principais problemas enfrentados por essa nova conjuntura brasileira:

“Observando-se o Brasil de hoje [1942], o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; não ‘tomou forma’. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, (...) sente-se a presença de uma realidade já muito antiga (...) e que não é senão aquele passado colonial” (PRADO JÚNIOR, C., 1994, p. 11).

É exatamente no prefácio de *Formação do Brasil Contemporâneo* que o historiador brasileiro identifica uma série de problemas que assolavam o país na primeira metade do século XX referindo-se: a) à centralidade das relações comerciais e financeiras com o exterior; b) ao peso das exportações de bens primários em tais relações; c) à importância do latifúndio na estrutura econômica do país; d) às relações laborais, que se apresentavam em transição inconclusa do escravismo para o trabalho livre; e) à cisão da população rural em grupos largamente díspares (expressão de Caio Prado Júnior), tanto do ponto de vista material quanto do moral (em referência a indulgência dos trabalhadores rurais em relação aos latifundiários); f) os métodos predatórios de cultivo prevalentes no latifúndio; g) à dimensão relativamente diminuta do mercado interno; h) às disparidades regionais dentro do território brasileiro com amplo quadro de estagnação relativa nas localidades fora do circuito exportador.

“Os problemas brasileiros de hoje [1942] (...) pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente. Um dos aspectos mais chocantes do Brasil (...) é esta atonia econômica, e portanto ‘vital’, em que mergulha a maior parte do território do país” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 12).

A mensagem do autor estava clara desde a introdução de sua mais conhecida obra: em meados do século XX, o principal problema brasileiro era a passagem de uma economia colonial para outra, de caráter nacional. Tal transformação só seria possível se houvesse o enfrentamento dos problemas aludidos acima, causados por uma desordenada ocupação do território, ao sabor do capital comercial, que tem na especulação sua maior característica.

Em *História Econômica do Brasil*, ao analisar as atividades industriais, surgidas no contexto da expansão do capital financeiro no final do século XIX, Caio Prado Júnior irá constatar que elas pouco tinham alterado o quadro herdado da era colonial. Sofriam com pelo menos três ordens de problema. A primeira delas era a sua dependência das poupanças individuais de algumas famílias, fruto de uma acumulação interna precária e da ausência de canais de financiamento específicos para a indústria, dando a indústria brasileira um padrão acanhado e familiar, incapaz de trazer consigo uma típica burguesia industrial. Um segundo diapasão de problemas relacionava-se à dispersão dos investimentos, que, liderados pela iniciativa privada e sem qualquer elemento de planejamento estatal, aprofundavam os problemas ligados à infra-estrutura, concentração regional e construção de capacidade ociosa não-planejada em setores pouco estratégicos.

A última ordem de problemas constitui capítulo à parte e ocupa lugar privilegiado nas preocupações do pensador. Trata-se dos problemas relacionados aos movimentos da taxa de câmbio. Eram evidentes os reflexos do tipo de inserção construído ao longo do processo histórico de formação da economia brasileira. As exportações concentradas em poucos produtos agrícolas tinham seu preço e demanda sujeitos a grandes ondas de variação. As importações eram de difícil compressão, uma vez que o mercado brasileiro se alargava com o aprofundamento da urbanização e de sua monetização. Os pagamentos de juros ao exterior remontavam a um endividamento crônico do Estado, herdado da era colonial, e se ampliavam com o endividamento público e privado relacionado à atividade cafeeira. Adicionava-se ao quadro a chegada de empresas de atuação internacional, que se alojavam nos setores de infra-estrutura e na própria

atividade industrial, criando uma nova série de pagamentos ao exterior sob a rubrica de remessas de lucros e dividendos.

O quadro de instabilidade da taxa de câmbio era um fato inexorável: os momentos de bonança das atividades exportadora significavam valorização cambial, muitas vezes reforçada pela política econômica adotada, reforçando a concorrência de importações, ainda que favorecesse alguns investimentos; os momentos de queda da demanda e dos preços, por motivos conjunturais ou, como era o quadro dos anos 1930, por esgotamento ou abarrotamento do mercado internacional (caso do café), traduziam-se em desvalorizações que, de um lado, eram barreiras para a concorrência, por outro, impediam importações essenciais para as atividades industriais. A instabilidade da taxa de câmbio era, ao mesmo tempo, reflexo e fator de reforço da condição colonial.

Ainda que considere todas as ordens de fatores acima descritas, Caio Prado Júnior observava que se tratava de um avanço a industrialização ocorrida anteriormente à Crise de 1929, nascida como um desdobramento do estágio imperialista do capitalismo. É nessa fase madura do modo de produção capitalista que se abrem novas possibilidades para a economia brasileira, resultado de uma acumulação potencializada. Uma relação contraditória entre imperialismo e formação de uma nação é estabelecida e é dessa situação que o país deveria se aproveitar para realizar a transição desde uma economia colonial.

“Mas a par destes aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lado positivo. Ele representou sem dúvida grande estímulo para a vida econômica do país. (...) O aparelhamento moderno de base com o que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Grande Guerra foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional. Já me referi à sua contribuição no sentido de dotar o país de estradas de ferro, portos modernos, serviços urbanos, grandes empresas industriais. (...) E não foi apenas sua contribuição material que contou: com ela vieram o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos que trouxeram assim para o Brasil alguns dos fatores essenciais com que contamos para o nosso progresso econômico” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 282).

Serão tais “fatores essenciais” que permitirão algum avanço da própria industrialização durante o período de crise e desorganização da economia mundial no período 1930-1945. Os anos da Segunda Guerra Mundial serão palco de um novo surto industrial, assim como foram os da Primeira, porém, em termos qualitativos, a indústria brasileira responderá de maneira mais destacada, com algum avanço nos setores de insumos básicos. A situação do balanço de pagamentos tinha melhorado e os controles de importações e de câmbio tinham sido relativamente exitosos. Contribuiu decisivamente o bom comportamento das exportações de algodão e de têxteis, o que demonstrava o próprio avanço da industrialização, no segundo caso.

Mas, a situação nevrálgica, todavia, será a do imediato Pós-Guerra. O país irá experimentar um afrouxamento no controle das importações, uma liberalização cambial e terá de conviver com atrasados comerciais, frutos tanto da crise europeia quanto das pressões estadunidenses para garantir sua posição de parceiro comercial preferencial no mercado brasileiro. A crescente nacionalização da rede de infra-estrutura, em que se destacam a aquisição de parte da decadente rede ferroviária sob controle britânico é fruto dessas tensões.

Como resultado impõe-se um quadro há muito conhecido na economia brasileira: a crise cambial. É na reforma de Dutra de 1947 que Caio Prado Júnior enxerga os maiores avanços do período. Segundo o autor, os controles de importações reimplantados em uma conjuntura distinta daquela de um conflito mundial, criava instrumentos de potencialidade não desprezível para a reorientação da economia brasileira. Há elogios para a priorização de bens de capital e insumos básicos, fundamentais para o avanço da atividade industrial. Contudo, permaneceria, segundo o pensador, o problema das importações de bens supérfluos em um quadro de escassez cambial, que ainda com alguma diferenciação em relação às importações mais estratégicas, seguiam com liberdade acima do desejado, considerando-se as necessidades do processo de industrialização.

Em relação ao Segundo Governo Vargas, a crítica geral do autor é a de que não houve avanços significativos em termos de planejamento da indústria brasileira, o que soaria estranho se considerássemos a campanha pela nacionalização/estatização do petróleo, o

lançamento do plano nacional de eletrificação e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a própria aproximação com a Comissão Econômica para a América Latina. No entanto o foco das preocupações de Caio Prado Júnior recaem sobre três pontos: i) a política cambial; ii) a dispersão setorial dos investimentos; iii) a relação com o capital internacional¹.

Em relação ao câmbio, o autor defende que o Governo Vargas caiu na histórica armadilha da valorização dos preços do café e promoveu uma postura liberal para as importações sob uma bandeira demasiado grande – a da industrialização, genérica. O que aprofundou a dispersão setorial dos investimentos e ampliou estoques, sem necessidade, na aposta de um suposto terceiro conflito mundial. Apesar de um “terceiro surto industrial”, o país encontrou, uma vez mais, novas dificuldades, e buscou, a partir da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – a autoridade monetária de então –, introduzir leilões cambiais que, segundo o pensador, responderam mais a dificuldades fiscais do que às necessidades de se blindar a indústria das variações do câmbio. O próprio restabelecimento de um mercado livre de câmbio ia ao encontro das necessidades de dois grupos conhecidos da era colonial: importadores e especuladores financeiros. O relacionamento com o capital internacional trazia preocupações adicionais: os trustes internacionais – as empresas multinacionais (EMN), como ficaram conhecidas na literatura – não eram motivo de maior apreensão e não recebiam, a partir da reforma cambial de 1953, grandes entraves para suas remessas de lucro, assim como gozavam de certa liberdade setorial para sua atuação².

A certa liberdade cambial, a falta de planejamento e as altas taxas de lucro conseguidas à custa de proteção, inflação e subsídio cambial impediam, na visão do autor, que o processo de substituição de importações fosse capaz de enfrentar os problemas históricos, desenhados durante a era colonial. A lógica de curto prazo abafou o planejamento a longo prazo, ainda no Segundo Governo Vargas. Em *História e Desenvolvimento*, o autor sintetiza suas críticas:

¹ Para uma discussão sobre o papel do capital internacional no período 1951-1966, na visão de Caio Prado Júnior, veja-se CAMPOS (2003).

² Para uma discussão pormenorizada desse ponto leia-se CAMPOS (2009), cap. III.

Trata-se de uma indústria desordenadamente implantada, sem outro critério que as excepcionais e tão artificiais facilidades oferecidas, e o estímulo imediatista de um lucro fácil e rápido. Uma indústria que não terá passado pelo crivo da concorrência, nem mesmo potencial, ou de um planejamento integrado e de conjunto. Uma indústria em suma formada de caótico aglomerado de atividades implantadas no geral, sem atenção alguma à sua viabilidade, a longo prazo” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 116).

Sob o prisma de interpretação de Caio Prado Júnior, a Instrução 113 da SUMOC é crucial para sedimentar um padrão de industrialização inadequado à passagem da economia colonial para a nacional. Lançada em 1955, após o suicídio de Vargas, a regulamentação em questão determinou facilidades para a importação realizada por empresas multinacionais, que ficavam dispensadas do leilão cambial para a aquisição de máquinas e equipamentos. Tal mecanismo foi fundamental para a viabilização dos investimentos industriais no período posterior, sob a Presidência de Kubitschek (1956-1961), quando se lançou os “50 anos em 5” do Plano de Metas. É nessa época em que as EMN ampliam sua participação no mercado brasileiro e a internacionalização da produção através do investimento direto estrangeiro (IDE) torna-se uma das marcas da industrialização do país, especialmente nos setores de mais alta complexidade tecnológica e maiores requerimentos de concentração de capital. Esse fato trazia em si o início de uma grave tendência para a economia brasileira: a da reversão estrutural³.

Para o entendimento das críticas de Caio Prado Júnior, é crucial o entendimento das relações das economias de passado colonial com o capital internacional, as questões relativas à autonomia nacional e o papel da realização dos lucros em moeda internacional nessa mediação. Em *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*, escrito na conjuntura inicial do Governo Kubitschek, o pensador define:

“O que nos distingue não é unicamente nem principalmente o baixo nível de seu desenvolvimento e progresso econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional; e sim aquela posição específica que ocupam no conjunto do sistema capitalista. É por isso, portanto, sobretudo isso que precisa ser levado em conta quando

³ Essa interpretação está baseada em SAMPAIO JÚNIOR (1999), cap. III.

se analisa (...) o papel dos países subdesenvolvidos como eventual área de expansão capitalista e de inversões destinadas a assegurar o equilíbrio do econômico do sistema. Não se pode considerar os países subdesenvolvidos como um vácuo ou semivácuo capitalista cuja capacidade de absorção de inversões provindas do centro do sistema seria dada pelo seu grau de subdesenvolvimento e pela diferença quantitativa de progresso econômico que os separa dos países desenvolvidos” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 192).

Caio Prado Júnior desloca a análise do IDE da sua dimensão qualitativa e coloca a questão da autonomia nacional no centro de suas preocupações. Se o caráter colonial é encontrado em áreas em que objetivos estranhos ao território e sua população definem as prioridades de acumulação e distribuição do excedente econômico, caracterizando-se por um baixo grau de autodeterminação, sua superação deve levar em conta a capacidade criada para impor a soberania de uma nação aos interesses econômicos. É sob este prisma que se deveria analisar a pertinência e os impactos da atuação das EMN.

O autor identifica uma mudança fundamental entre o IDE no aparecimento das atividades industriais (entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX) e aquele que se vincula à industrialização do Pós-Guerra e intensifica sua participação através dos incentivos da Instrução 113, mecanismo em larga medida utilizado para fomentar os investimentos durante o Plano de Metas de Kubitschek. Enquanto o primeiro destinava-se, de maneira direta ou indireta, à promoção de exportações e gerava receitas cambiais, o último tinha comportamento distinto. O novo tipo de IDE atrelava-se ao mercado interno, surgido como resultado da própria expansão cafeeira e sustentado na conjuntura 1930-1945, assim como no imediato Pós-Guerra, com o avanço da industrialização. Esse fato, evidentemente, traduzia-se em um desequilíbrio potencial e permanente nas contas externas. No entanto, o Estado brasileiro não poderia contar com a contribuição das EMN para contornar o problema, uma vez dentro do território do país, dado seu grau de monopolização do capital e o poder de seus países de origem, teriam condições de impor suas próprias necessidades:

“As grandes empresas monopolistas de nossos dias, ao contrário de suas antecessoras do capitalismo liberal, se conduzem muito menos pelas condições próprias do lugar onde pretendem operar, do que pela necessidade de ampliarem indefinidamente a venda de

seus produtos específicos, sejam eles indicados ou não pelas exigências efetivas do mercado” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 201).

A questão fundamental era, de fato, a remuneração dos capitais aqui investidos. “Não basta que esse capital proporcione lucros em moeda nacional desses países: é preciso ainda que se verifique a possibilidade de converter essa moeda nacional e de valor unicamente interno, em moeda de curso internacional” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 193). O pensador está preocupado com as questões relativas ao fato de as moedas refletirem a hierarquia do sistema capitalista e, portanto, as EMN estarem vinculadas aos seus países de origem através de suas moedas. Nesse ponto torna-se crucial a forma pela qual o país tem acesso à moeda de curso internacional.

Evidentemente, o acesso a que nos referimos é predominantemente através dos saldos comerciais, que nas economias de passado colonial era viabilizado através da exportação de bens primários. Contraditoriamente, à medida que a industrialização avançava e as EMN ampliavam sua atuação, a estrutura econômica colonial preservava seu caráter estratégico. Ainda assim, os saldos em transações correntes não estavam garantidos. “O equilíbrio somente será possível e evoluirá normalmente, se as inversões estrangeiras nos países subdesenvolvidos se aplicarem, direta ou indiretamente, em atividades de produção para a exportação” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 195). Partindo-se do fato de que era o mercado interno era o principal fator de atratividade desses investimentos e do peso estratégico das EMN, o autor não depositava esperanças em um diálogo com os trustes internacionais em momento posterior à sua entrada no país.

Além dos problemas relativos ao reforço da posição estratégica da produção de bens primários para o financiamento de suas atividades, outras questões herdadas do período colonial eram reforçadas com a atuação das EMN. A concorrência das EMN com empresas locais levou as últimas à bancarrota ou à associação em caráter subordinado, reforçando o acanhamento e o peso familiar das empresas brasileiras. As fontes de financiamento escassas e precárias passam a ser drenadas para as necessidades das EMN, que monopolizam o crédito dentro da economia brasileira.

“A concorrência dos empreendimentos estrangeiros às iniciativas nacionais dos países subdesenvolvidos se faz sentir até mesmo no mercado de capitais desses países, cuja parca acumulação capitalista, logo que se torna significativa, sofre a drenagem realizada pelos trustes neles instalados, seja através de depósitos bancários de estabelecimentos estrangeiros ligados àqueles trustes e servindo-lhes os interesses, seja pela emissão de títulos desses trustes ou associação deles com capitalistas e empresas nacionais” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 209)

Um último e crucial grupo de problemas são os impactos para a classe trabalhadora do tipo de industrialização sofrida no Brasil. O reforço da concentração de renda aliada ao tipo de IDE recebido nessa fase da industrialização pesada, que buscava inclusive o poder aquisitivo criado pela própria desigualdade social, fundamental para assegurar a realização de lucros com a venda de bens de alta complexidade tecnológica. De outro lado, sua baixa capacidade relativa de geração de empregos, reforçava o acanhamento do mercado interno em seu papel de integração nacional, resultando em generalização do subemprego e exclusão das populações rurais do processo de desenvolvimento. Em *História e Desenvolvimento*, o pensador resume suas críticas sobre esse ponto:

“A industrialização intensiva posterior à guerra e que se estende até o início do decênio de 60, embora absorvendo a maior e melhor parte das iniciativas e recursos do país (...) não logrou suscitar uma atividade econômica capaz de absorver e ir incorporando, em nível adequado, o crescimento demográfico verificado país, e em particular os excedentes expelidos e deslocados do declinante setor agrário. O largo e crescente desemprego mais ou menos disfarçado que se observa no Brasil e a progressiva marginalização de importantes contingentes demográficos que daí resulta comprova o fato. E tendem a perpetuar, e em muitos lugares agravar, a defeituosa estrutura social brasileira” (PRADO JUNIOR, 1989, p. 123).

Em síntese, a interpretação de Caio Prado Júnior observa a contradição entre imperialismo e nação tornar-se mais aguda, com o prosseguimento da industrialização brasileira, com nulas possibilidades de resolução formadora sem o rompimento com o capital internacional⁴. Esse rompimento é necessário para atacar, pelo menos três

⁴ Para uma discussão detalhada desse ponto, veja-se SAMPAIO JÚNIOR (1999), cap. 6.

dimensões deletérias do processo de industrialização brasileiro: i) perda de autonomia na definição do planejamento econômico; ii) a vulnerabilidade externa, reforçada pelo fato de o ciclo do capital internacional poder apenas se resolver em moeda internacional; iii) a concentração de renda e o subemprego, reforçada pelo fato de o capital internacional necessitar do poder aquisitivo suficiente para vender bens de alta complexidade tecnológica.

Esses três fatores combinados, por forças da luta política que originou a industrialização brasileira, levaram, ao longo do tempo do reforço da estrutura colonial e transformaram-se em obstáculos para a conclusão da passagem a uma economia nacional. A força social da indústria é utilizada para a cristalização da posição subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial e para a manutenção de um regime de segregação social no território nacional. A reversão estrutural da economia brasileira, tese central da obra de Caio Prado Júnior, insere-se como o horizonte provável da afirmação das referidas características do processo de industrialização. Em *A Revolução Brasileira*, o autor assim resumiu as suas críticas ao processo de industrialização:

“O mercado interno (...) já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. (...) Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza (...) se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas. (...) De um lado (...) porque a diversificação da produção (...) se realiza paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial. De outro lado, a liderança naquelas transformações (...) se vem concentrando cada vez mais (...) nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas. Com isso evidentemente a economia brasileira se subordina a interesses e conveniências daqueles empreendimentos” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 92).

2. Ruy Mauro Marini: a superexploração do trabalho e o subimperialismo como resposta às contradições do capitalismo dependente

A análise de Ruy Mauro Marini sobre o processo de industrialização brasileira parte da interpretação de que a consolidação de uma economia mundial sob o regime do capital

implicou em uma manifestação concreta *sui generis* na América Latina: o capitalismo dependente. No tipo de economias em questão, as relações sociais de produção são marcadas pela superexploração do trabalho. Sob tal prisma, a substituição das formas coloniais – marcadas pela escravidão e outros tipos de relações sociais de produção – é um dos feitos fundamentais da expansão do capital em escala global para viabilizar a sua necessidade de ampliar continuamente a massa de mais-valor, o que se acirra com a sua passagem ao estágio imperialista⁵.

“A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.” (MARINI, 2005, p. 145). A afirmação de Marini parte do fato de que, para a produção de mais-valor relativo, é fundamental a desvalorização da força de trabalho, através da redução do valor das mercadorias que compõem o consumo socialmente reconhecido como indispensável ao trabalhador e que determina, em valor, a quantidade de trabalho necessário contida nas mercadorias. Como, a partir da expansão do capital em escala global, pode-se contar com parcela significativa dessa produção na América Latina, a inserção do continente, de maneira geral, no mercado mundial responderá à necessidade das potências capitalistas reforçarem o processo de acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, a potenciação da acumulação, contraditoriamente, amplifica a crise de superprodução de capital. Destarte, as regiões produtoras de elementos do capital constante também cumprirão papel fundamental no processo de industrialização do centro, contudo no sentido da contraposição à tendência geral, barateando mercadorias fundamentais do capital constante, as matérias-primas, correspondentes à parte circulante do trabalho pretérito consumido produtivamente por trabalhadores no processo de valorização do capital. “A América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (MARINI, 2005, p. 148).

⁵ Para uma discussão sobre esse ponto, leia-se RODRIGUES (2011).

A entrada da América Latina, todavia, é marcada por uma assimetria. Há uma disparidade permanente entre os valores das mercadorias trocadas entre a região e o centro capitalista (Inglaterra e nações em processo de industrialização). Tal fato aparece como um desequilíbrio na balança comercial que Marini atribui a uma troca desigual em valor, imposto pelas potências.

“Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é” (MARINI, 2005, p. 150).

A desvalorização permanente das mercadorias produzidas por nações periféricas converte-se em perverso mecanismo de ampliação do mercado mundial. Se não se recorre à hipótese de uma “super-oferta” que se ajusta via preços a um “subconsumo”, segundo o pensador, deve-se buscar uma explicação através do movimento do valor, o que nos coloca em foco a produção das mercadorias. Em um primeiro momento, como não se pode recorrer à explicação de elevação da composição orgânica do capital na produção de alimentos e matérias-primas, a baixa de preços é permitida à custa de excedentes produzidos com relações sociais de produção herdadas do período colonial. No entanto, na medida em que a integração das nações latino-americanas se aprofunda, a permanência desse expediente demonstra-se inconveniente, sobretudo por seu alto custo de reprodução da força de trabalho, o que se traduz em um baixo excedente. A progressiva acumulação de capital nas nações centrais e a constituição do imperialismo vão forçar necessariamente a passagem das relações sociais de produção na periferia ao assalariamento, sob condições específicas.

No estágio imperialista, a situação se torna mais aguda por diversos motivos. De um lado, tanto os processos de formação das potências quanto a criação de uma superpopulação relativa expulsam trabalhadores da Europa. De outro, a exportação de capitais e a ampliação do mercado mundial reforçam a necessidade da acumulação. Por fim, a permanência da troca desigual permanece como mediadora das relações entre

centro e periferia, à medida que a produção de mais-valor relativo avança nas potências capitalistas.

O assalariamento nas economias latino-americanas, contudo, é um processo que guarda semelhante meramente formal ao fenômeno observado no capitalismo central. Trata-se de um mecanismo de compensação das perdas em valor provocadas pela troca desigual que condiciona o aprofundamento de sua inserção no mercado mundial. Desse modo, conquanto avance a exportação de capitais, generalizam-se as relações sociais de produção assalariadas na periferia, mas em um determinado sentido: garantir a permanência de um elevado mais-valor, a despeito da não introdução de avanços técnicos (refletindo-se em elevação da composição orgânica do capital). Como a produção de mais-valor relativo é impossível recorre-se a três expedientes: i) aumento da intensidade do trabalho com maior exploração do trabalhador; ii) ampliação da jornada de trabalho com maior tempo de trabalho excedente; iii) redução do consumo operário além de seu limite normal, que é o pagamento de salários abaixo de seu valor. Todos esses fatores podem, inclusive, ocorrer em economias centrais, como contraposição às contradições dos movimentos das taxas de mais-valor e lucro. No entanto, tornam-se regra nas economias dependentes.

“não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismo de extração de mais-valor mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão da produção de valores de uso em valores de troca que isso acarreta tem como resultado um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (...) O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente” (MARINI, 2005, p. 156).

É sob os mecanismos de superexploração da força de trabalho que se elevam simultaneamente o mais-valor e o lucro, sem as contradições típicas da produção de mais-valor baseada na elevação da composição orgânica do capital. É a partir da atividade exportadora de mercadorias, reforçada pelos excedentes de capitais aqui aportados, que se dissemina a superexploração a partir de uma pressão maior pela produção de mais valor. Tal relação social de produção substitui – de maneira eficiente

– as relações coloniais de produção. Assim como a inserção das economias dependentes no mercado mundial contribui para o mais-valor relativo nas potências capitalistas, a superexploração contribui para a ampliação do mais-valor na periferia do capitalismo.

A industrialização latino-americana vai se dar sem a eliminação da superexploração do trabalho, antes se aproveitando da estrutura construída sob a expansão imperialista. Nesse sentido, originará um perfil condizente com as características do capitalismo dependente. A acumulação industrial terá como característica marcante, para Marini, o aprofundamento da separação entre a circulação do capital e a produção capitalista⁶.

O fato histórico é que a industrialização sob o capitalismo dependente parte de um mercado interno atrofiado e, segundo o pensador em questão, dividido entre duas esferas de circulação. Uma esfera alta, antes atendida por importações, que será o mercado preferencial da indústria. Outra esfera baixa composta pela demanda dos trabalhadores, que pouca relevância dinâmica terá para a realização do valor. O consumo da classe trabalhadora que, no caso das economias centrais, perde importância ao longo do tempo, com os mecanismos de diversificação da demanda capitalista (investimento e consumo), nas economias dependentes terá baixo significado desde os primórdios da industrialização.

A indústria pode, na periferia, levar o baixo nível de consumo da classe trabalhadora ao paroxismo. Esse fato deve-se a dois fatores. O primeiro, ademais já mencionado, é que pode contar com uma demanda prévia significativa, criada pelo setor exportador e suas ramificações, independente da classe trabalhadora. O segundo trata da oferta de força de trabalho: os contingentes demográficos crescem e criam, no contexto da economia dependente, um contingente inesgotável de trabalhadores. O exército industrial de reserva de está formado antes mesmo da industrialização. Tais fatos implicam em uma subsistência extremamente problemática para a classe trabalhadora: o desgaste exacerbado das faculdades físicas e mentais determinam uma baixa sobrevida ao trabalhador ou sua sobrevida em condições de ínfima qualidade⁷.

⁶ Sobre esse ponto veja-se STEDILE & TRASPADINI (2005).

⁷ Este ponto é defendido como crucial para o entendimento da superexploração por CECEÑA (2005).

“O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que (...) a existência de reservas de mão-de-obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão-de-obra européia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul) permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século XX. Seu resultado tem sido o de abrir o livre curso para a compressão do consumo individual do operário e, portanto, para a superexploração do trabalho” (MARINI, 2005, p. 164).

A despeito da segregação social, a industrialização avançará. Será, sob esse prisma interpretativo, a reprodução de uma economia baseada na superexploração do trabalho em resposta a novas necessidades das potências capitalistas. Contudo será incapaz de alterar o quadro de dependência e subordinação das economias do continente:

“A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...) sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente (...) O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2005, p. 175)

Evidentemente, com o prosseguimento da industrialização e introdução de progresso técnico, consideradas as condições de abundância de força de trabalho, as questões se agravam e os trabalhadores encaminham-se cada vez mais para trabalhos fora da atividade industrial, destinando ao que Marini chama de trabalho improdutivo. A superexploração começa a se reproduzir dinamicamente no mercado de trabalho e o divórcio entre o consumo dos trabalhadores e consumo das camadas ligadas ao mais-valor se amplia. A indústria refletirá essa divisão, apresentando dinamismo e modernização crescentes na esfera alta e, em oposição, baixo crescimento e obsolescência nos chamados setores tradicionais. Generaliza-se, pois, nas economias dependentes, sobretudo nas mais industrializadas, acumulação e segregação social em larga escala.

“Por isso contribui decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última” (MARINI, 2005, p. 177).

Marini considera que as dificuldades de realização se aprofundam com o avanço do processo de industrialização que tem papel fundamental do capital internacional em sua dinâmica e desenham novos desafios. “Ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização” (MARINI, 2005, p. 177).

Contudo, o caso brasileiro iluminava o caminho das soluções concretas possíveis em tais condições de industrialização. Como resposta a tais tendências, estabelecer-se-ia o que Marini chamou de estágio superior do capitalismo dependente: o subimperialismo. Motivo de inúmeras controvérsias, a nosso juízo, a interpretação do autor sobre este ponto é bastante clara. O processo dinâmico da industrialização latino-americana não se interrompe e o Brasil é bastante elucidativo. Na impossibilidade de se viabilizar um ciclo parecido ao das potências imperialistas, a industrialização brasileira acentuava três características: a participação do Estado na industrialização (e, conjunturalmente, a militarização), a importância crescente de setores de grande complexidade tecnológica e mercados por elevado grau de monopolização do capital e a necessidade de exportação de capital e de bens industrializados, que acirravam as pressões pela integração regional com horizonte bastante restrito: unificar as esferas altas na América Latina.

Esse último ponto merece atenção: o subimperialismo, para Marini, expressa a incapacidade de, em uma única economia marcada pela superexploração, a circulação de capital encerrar-se em um território nacional⁸. Lideradas por EMN e formas

⁸ Além do clássico debate com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, há divergências entre Marini e análises posteriores como as de MELLO (1975) e OLIVEIRA (1977), que guiam suas interpretações dentro de uma perspectiva que pressupõem uma possibilidade de um ciclo do capital endógeno em economias dependentes.

financeiras oriundas do imperialismo, cria-se um excesso de capital na economia brasileira, que seria impossível de existir sem o entrelaçamento com o capital internacional. Desse modo, a exportação de bens industrializados e de capitais a partir do Brasil para a América Latina é apenas um sintoma dos problemas de realização acumulados em capitalismo dependentes em estágios mais avançados de industrialização. Demonstram, contraditoriamente, mais sua fraqueza do que sua força. Resume o autor:

“O subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política (...), as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 2005, p. 180).

Considerações finais: convergências e divergências entre Caio Prado Júnior e Ruy Mauro Marini e reflexos sobre suas concepções estratégicas

As análises de Caio Prado Júnior e Ruy Mauro Marini convergem para um ponto: não se pode analisar a economia brasileira por semelhança ao comportamento das economias centrais. A especificidade brasileira reside na reprodução de relações sociais distintas das esperadas em economias que sofreram a revolução industrial ainda nos séculos XVIII (Inglaterra) e XIX. O passado colonial leva à construção de um mercado interno restrito, incapaz de absorver as classes trabalhadoras. A industrialização brasileira ficará marcada, para ambos, por uma incapacidade crônica de libertar-se da dependência.

Enquanto para Caio Prado Júnior, a dependência é uma construção histórica que se reforça a cada momento do imperialismo e impede a transição da economia colonial para a economia nacional, para Ruy Mauro Marini, a economia colonial transformou-se em uma forma específica de manifestação do capitalismo.

Na primeira perspectiva trata-se de articular um novo tipo de industrialização, em que se subordine e, se necessário, elimine-se o capital internacional. Esse capital representado pelas EMN e novas formas especulativas que surgem no capitalismo do pós-guerra através de sua mobilidade, buscam no Brasil mercados criados pela concentração de renda e lucros que devem ser convertidos no bem mais escasso de uma economia colonial: a moeda internacional. Sua extrema instabilidade traduz-se em uma capacidade de subordinação da economia nacional às suas necessidades, impedindo a passagem para uma economia nacional, marcada pela generalização de um padrão médio de consumo para o conjunto da população. Sob esta perspectiva, a Revolução Brasileira deve assumir um caráter necessariamente anti-imperialista e ser liderada pela classe trabalhadora, disposta a refundar a industrialização, ampliando-lhe a natureza nacional, isto é, priorizando as necessidades da totalidade dos cidadãos vinculados a nosso território.

No outro prisma de interpretação, a superexploração do trabalho é uma necessidade do modo de produção capitalista, o que desloca o eixo da Revolução. Ela deve perder necessariamente o caráter nacional e assumir um perfil de classe e internacionalista. De um lado, a impossibilidade de se restringir a acumulação a espaços nacionais e, de outro, sua incapacidade de incorporar a classe trabalhadora nos mercados criados no movimento de expansão do capital, impelem à superação do modo de produção capitalista. Aproveitando-se do movimento de integração mundial comandado pelo capital e da generalização de suas contradições, defende-se a possibilidade estratégica de uma luta além dos estreitos limites nacionais.

Bibliografia

CAMPOS, Fábio Antônio de. *Estratégias de Desenvolvimento Nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

- _____. *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CECEÑA, Ana Esther. “Entrevista: Marini, um construtor de caminhos” in STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboços dos Fundamentos de Teoria Econômica* [1957]. São Paulo: Brasiliense, 1966, 4ª edição.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo* [1942]. São Paulo: Brasiliense, 1994, 23ª edição.
- _____. *A Revolução Brasileira* [1966, 1977]. São Paulo: Brasiliense, 1987, 7ª edição.
- _____. *História e Desenvolvimento* [1968]. São Paulo: Brasiliense, 1989, 3ª edição.
- _____. *História Econômica do Brasil* [1945, 1970, 1976]. São Paulo: Brasiliense, 2006, 47ª impressão da 1ª edição.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência” [1973] in STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1975.

RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. “Limites da Mundialização do Capital: revisitando a especificidade da produção capitalista e a exploração-superexploração do trabalho” in *Anais do I Colóquio Nacional Marx e Marxismo: teoria e prática*. Niterói: NIEP Marx/UFF, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. “Introdução” in STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.